



PORNOGRAFIA, SUBJETIVIDADE E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Laís Landes Monteiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1861-1611>.

E-mail: landes.lais@gmail.com.

Alexandra de Gouvêa Vianna

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9539-9760>.

Resumo: Propondo uma crítica ao discurso da pornografia como forma de libertação sexual, o presente estudo busca evidenciar, a partir de uma perspectiva psicanalítica, o papel da pornografia *mainstream* na construção de desejos, discursos e subjetividades. Para tanto, buscou-se analisar, por meio de revisão de literatura, o sexismo, a dominação masculina nessa indústria pornográfica e a consequente produção de estereótipos de gênero e padrões de comportamentos opressores. Visando entender também a relação de causalidade entre esse tipo de pornografia e violência de gênero, foram observadas pesquisas estatísticas que correlacionam o consumo de pornografia e comportamentos sexuais violentos. O presente artigo expõe os impactos subjetivos da pornografia *mainstream* por meio de seus discursos implícitos e, portanto, compreende-a como mais uma das formas de violência física e simbólica contra a mulher.

Palavras-chave: Pornografia. Sexualidade. Subjetividade. Violência de gênero.

PORNOGRAPHY, SUBJECTIVITY AND VIOLENCE

Abstract: Proposing to criticize the pornographic speech as a form of sexual liberation, the present study aims to highlight, from a psychoanalytic perspective, the role of mainstream pornography in the construction of desires, discourses and subjectivities. To this end, we sought to analyze, through literature review, the sexism, the male domination in this pornographic industry and the consequent production of gender stereotypes and patterns of oppressive behaviors. In order to also understand the causality between this kind of pornography and gender-based violence, data and statistical research correlating the consumption of pornography and violent sexual behavior were investigated. This article exposes the subjective impacts of mainstream pornography through its implicit discourses and, therefore, understands pornography as a form of physical and symbolic violence against women.

Keywords: Pornography. Sexuality. Subjectivity. Gender Violence.

Introdução

Atualmente vivemos em um cenário capitalista de superprodução, onde não damos conta de consumir o que se produz de excedente em relação à nossa demanda. Pensamos o consumo como atividade que provoca prazer e não como o que é ditado pela necessidade. Nesse sentido, em um cenário em que tanto se discute os caminhos e percursos para uma possível equidade de gênero, não é possível deixar de analisar a pornografia *mainstream* – largamente disseminada como produto – e seus efeitos sobre corpos, sexualidade e relacionamentos.

O Relatório Anual de 2019 do *Pornhub*, principal site de buscas pornográficas no mundo, divulgou que mais de seis milhões de vídeos pornôns foram ao ar em 2019, totalizando mais de um milhão de horas de mídia – o suficiente para se assistir pornografia ininterruptamente por 169 anos. Enquanto mulheres são majoritariamente exibidas como objetos sexuais desumanizados que experimentam prazer na violação, tendo como único propósito existencial (nesse tipo de exibição gráfica) servir às vontades masculinas, a consequência é a normalização do desprezo, da humilhação e da raiva contra o sexo feminino na sociedade.

Considerando o discurso pornográfico como reflexo e também estrutura do sistema de dominação masculina, propomos uma análise de múltiplas transformações e jogos de poder que estruturam a sociedade patriarcal. Averiguar e denunciar a relação de subordinação sexual e degradação das mulheres nos materiais pornográficos é uma forma de desconstruir a normalização da violência de gênero e a normatização do machismo nas estruturas sociais contemporâneas.

Em *O Mal-Estar na Civilização*, Sigmund Freud (1930/1996) relaciona a não possibilidade de satisfação de um desejo ao sofrimento, projetando na satisfação uma esperança de liberdade, uma promessa de felicidade. Assim como qualquer outro produto viciante, a pornografia é a mercadoria perfeita de uma era de superprodução, a cada ato de consumo renova-se a demanda. Para Jacques Lacan (1959-1960/2008), o princípio do prazer faz o homem buscar o retorno de um signo, que se desloca de um objeto para o próximo – o que mantém o sujeito capturado na trama da sociedade de consumo.

Segundo os dados informados pela ONG *Enough is Enough* ([s.d.]), estima-se que a indústria pornográfica valha em torno de 97 bilhões de dólares – enquanto Hollywood lança uma média de 600 filmes por ano, lucrando em torno de US\$ 10 bilhões, a indústria

pornográfica tem um lucro próximo a US\$ 15 bilhões só nos Estados Unidos e, no *Pornhub* apenas, 6,38 milhões de novos vídeos foram disponibilizados no ano de 2019. Conforme Paulo Vaz (2006), o privilégio da dimensão do consumo na relação entre corpo e mercado promove uma imensa transformação moral: o prazer, que obtido por intermédio do consumo, passa a ser socialmente admitido, e até mesmo incentivado. Nesse mercado, o corpo entra não apenas como capacidade de consumir, mas também de ser consumido.

O acesso à pornografia na internet é maior do que a sites como Netflix, Amazon e Twitter juntos. Em 2019, o Pornhub recebeu 42 bilhões de visitantes, uma média de 115 milhões de pessoas por dia, com uma marca de mais de 577 mil pesquisas por minuto, mais precisamente 1.298 por segundo. Raisia Ribeiro (2017) ressalta o quanto o mercado pornográfico movimenta a economia mundial, envolvido em uma complexa rede de poder, sendo sustentado, produzido e assistido tanto pelos segmentos sociais dominantes quanto por suas próprias vítimas. Atualmente a relação da pornografia *mainstream* no cotidiano das pessoas se tornou tão intrínseca à produção de desejos sexuais e, conseqüentemente, às identidades e aos relacionamentos humanos que é difícil imaginar uma sociedade não pornificada.

Sendo uma prática discursiva de grande complexidade, a pornografia carrega mensagens não ditas, mas nem por isso pouco presentes. Uma análise semiótica de suas imagens permite encontrar o reforço das relações de poder pautadas no princípio de superioridade masculina, garantindo a manutenção de um sistema opressor de desigualdade de gênero. Para MacKinnon (1996), proteger a pornografia é proteger como discurso a subalternidade e a inferioridade social e individual das mulheres. Independente dos debates acerca da pornografia dever ou não ser protegida pela liberdade de expressão, cabe questionar se a pornografia é ou não capaz de limitar as mulheres no exercício dos seus direitos e liberdades. Feministas de um movimento pró-pornografia entendem que a mesma pode ser produzida como um modo de subverter as normas dominantes de corpos, sexualidades e o desejo em si. Acreditam que ao denunciar o papel passivo das mulheres na indústria pornográfica, o movimento antipornografia não faz mais que reforçá-lo, assujeitando mulheres e abafando suas vozes, falando por elas e colocando-as num lugar de receptáculo da dominação masculina, engessando suas subjetividades.

Para Preciado (2014), a melhor forma de enfrentar a pornografia dominante é produzir representações alternativas, proporcionando representatividade a atores muitas vezes

invisibilizados. O debate do pós-pornô¹, surge como linha de fuga que não aceita ser formatada pelas normas vigentes – propõe que corpos, sexualidades e pornografia deixem de ser objetos de regulação e censura para ocuparem espaços que confirmem empoderamento econômico e político às mulheres e minorias. De todo modo, fica clara a diferenciação entre a pornografia *mainstream* e o que se pretende nas produções de filmes focadas na representação de sexo como algo da ordem do erótico e não necessariamente do comercial.

O presente artigo, entretanto, delimita suas críticas ao recorte entendido como *mainstream* na indústria pornográfica. Visando entender a causalidade entre pornografia e violência de gênero, tomaremos como referência um estudo estatístico realizado em sete países diferentes e dois estudos estatísticos voltados especificamente para estudantes universitários dos Estados Unidos e do Brasil. Para enfim suscitar questões e fomentar o debate sobre a violência contra a mulher e o campo subjetivo em que ela se estabelece a partir da pornografia, será observada uma discussão jurídica sobre dualidade entre autonomia e liberdade de expressão *versus* discurso de ódio.

Não cogitando encerrar uma solução para o que deve ser feito com a pornografia, este artigo se constrói a partir de três conceitos entrelaçados ao longo da escrita: a concepção lacaniana de desejo como dependente da linguagem e um estudo da pornografia enquanto prática discursiva capaz de produzir realidades sociais por meio de discursos implícitos sobre sexualidades e papéis de gênero; a observação dos comportamentos sexuais retroalimentados pela indústria pornográfica em forma de desejo e abjeção e seus efeitos sobre corpos e modos de existir a partir da alienação do sujeito na pornografia como campo do Outro; e um diálogo entre psicanálise e autores pós-estruturalistas no que diz respeito à construção de subjetividades sobreposta à ideia da pornografia como fonte de educação sexual e incitação de violência – física e simbólica, conforme proposto por Bourdieu (2002) a respeito da dominação masculina.

Discurso e dominação

Hugh Hefner, fundador e editor-chefe da revista de conteúdo erótico *Playboy*, entrou para história com o desenvolvimento de um novo lugar de pertencimento para o público feminino – de certo modo também alinhado com as reivindicações do movimento feminista da

¹ A pós-pornografia ou pós-pornô é defendida como uma proposta artística e política com intenção de questionar, mitigar e revolucionar as concepções sobre corpo, desejo e prazer tidas como hegemônicas na pornografia dominante e na cultura heteronormativa.

época – nos anos 50. Para transformar o imaginário da mulher que mora ao lado em um símbolo sexual, era preciso aceitar que as mulheres também gostam de sexo. Paralelamente, entre as décadas de 60 e 70, a ampla liberação do comércio de pílulas anticoncepcionais como método seguro para evitar a gravidez permitiu às mulheres maior autonomia em relação à procriação – o que para Ribeiro (2017) contribuiu para que o sexo perdesse a finalidade apenas reprodutiva, passando a ser visto como meio de obtenção de prazer.

Tais conquistas, no entanto, não vieram sem custos. No contexto em que a sexualidade feminina se transforma em objeto de consumo, o seu estímulo é atravessado pelo discurso de empoderamento feminino, mas, como bem evidenciado por Vaz (2006), é sempre preciso um ajuste entre as novas possibilidades de valorização do prazer e as exigências de funcionamento da sociedade – o prazer da mulher é, de todo modo, atravessado por interesses patriarcais. Dentro de uma noção foucaultiana de biopoder, é exigido um mínimo de padronização de comportamento e controle do corpo.

A proliferação da indústria pornográfica e a manipulação do sexo pela mídia culmina em uma crescente onda de exposição de corpos, em especial femininos, utilizados para fomentar a venda dos mais diversos produtos. A indústria pornográfica, então, aproveita-se da bandeira da libertação sexual para justificar e viabilizar a exploração de corpos em cenários sexuais. Entretanto, verifica-se que o discurso inerente não gerava libertação sexual para as mulheres, mas sim opressão sexual com uma nova roupagem: eram exibidas como objetos sexuais disponíveis para uso e prazer masculinos; seus corpos eram expostos como pedaços de carne à venda; o prazer feminino sequer entrava em questão e as condutas sexuais eram padronizadas, o que caracterizava violência psicológica e também sexual (RIBEIRO, 2017, p. 142).

Ao descrever o poder masculino como uma existência categórica e absoluta, indiferente à negação ou desafios, Dworkin (1989) o define como uma expressão de autoridade em sua forma mais intrínseca, sendo a dominação masculina como um sistema material, com ideologia e metafísica – os homens controlam não apenas os usos sexuais e reprodutivos dos corpos femininos, o patriarcado se faz presente como realidade material básica na vida das mulheres. No entanto, a própria ideia do homem detentor de um poder que a mulher carece (e a consequente submissão feminina à supremacia masculina) são produtos de uma construção histórica que compete a várias instituições – dentre elas, a pornografia. A dominação masculina é, conforme Bourdieu (2002), resultado de um conjunto de juízos historicamente elaborados como verdade óbvia ou evidência natural, responsável pela eternização das estruturas de divisão

sexual e a introjeção do que é normativo, paradoxalmente transformando em normais as mais intoleráveis condições de existência.

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de aprender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma [...] Torna-se evidente que, nessas matérias, nossa questão principal tem que ser a de restituir à *dóxa* seu caráter paradoxal e, ao mesmo tempo, demonstrar os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em *natural* (BOURDIEU, 2002, p. 7-8).

Como não deixa de ser uma linguagem produto do patriarcalismo, a pornografia é capaz de retroalimentar a forma como mulheres são percebidas, objetificadas e abusadas pela cultura. Além de constituir homens e mulheres que entendem e reproduzem o feminino como um papel submisso, a indústria pornográfica faz parte de uma engrenagem androcêntrica produtora de símbolos e figuras de referência, cuja não identificação produz o que Félix Guattari e Suely Rolnik (1996) chamam de processos de infantilização e desqualificação que, por fim, levam à culpa do indivíduo que não se sente representado – algo como o que hoje se espera de um “homem de verdade” ou mesmo os papéis atualmente atribuídos às mulheres como “vagabundas” e “putas” na indústria pornográfica.

Tratando as divisões constitutivas da ordem social como um princípio simbólico, o pensamento de Bourdieu (2002) conduz à teoria psicanalítica de Jacques Lacan, que entende o inconsciente estruturado como uma linguagem. Assumindo que os desejos são moldados na fôrma das linguagens que o indivíduo conhece e que o sujeito se constitui a partir do simbólico, cabe um olhar mais apurado à origem da palavra *pornografia*. Derivada do grego antigo *porne* – prostituta – e *graphos* – escrita, grafia, desenho –, a pornografia não tem como significado original “escrita sobre sexo”, “imagens de nudez”, “gravuras eróticas”, nem qualquer outra forma de eufemismo. Dworkin (1989) é categórica: pornografia literalmente significa escrita ou desenhos sobre prostitutas, prostituição. Contemporaneamente, a palavra não parece ter mudado de significado – as mulheres exibidas pela indústria pornográfica ainda são percebidas como prostitutas ou, em termos mais atuais, como “piranhas”, “vadias”, “putas”, “vagabundas”.

Trabalhando com a teoria lacaniana, Fink (1998) explica que na medida em que o desejo habita a linguagem, precisando ser nomeado, opiniões e desejos alheios são internalizados individualmente por meio do discurso. Em se tratando de pornografia *mainstream*, encontramos cenários e roteiros que nos fornecem kits perfis padrão: homens que sabem melhor que as mulheres o que elas querem; mulheres que gostam de tudo, em especial o que agrada aos homens, custe o que custar; e o orgasmo feminino como forma de corroborar com a autossatisfação masculina, não necessariamente como prazer verdadeiro da mulher.

A pornografia como linguagem estruturante da sexualidade fornece significantes tais como o sorriso das mulheres – exigido pelos pornógrafos mesmo quando elas estão sendo humilhadas e difamadas. A identificação com a demonstração final de “prazer” na violação produz efeitos sobre as subjetividades das mulheres, construindo corpos submissos e retroalimentando as relações de poder desiguais entre gêneros. Ribeiro (2017) expõe que é através do sorriso que a indústria pornográfica consegue negar a violência, por meio de discursos como “ela gosta de sentir dor, sente prazer na violação” e a consequência social é uma confusão entre sexo e violência sexual. Para Dworkin (1989) esse é um dos pilares da dominação masculina – identificar mulheres como “piranhas” em sua essência. Desse modo elas não estão sendo violentadas, mas sim apenas revelando a sua natureza de “puta”.

Dines (2010) entende que as imagens da mídia pornográfica são parte integrante da desumanização sistemática de um grupo oprimido. Quanto mais suas imagens se infiltram na cultura, mais as mulheres são despojadas do status humano completo e reduzidas a objetos sexuais. Na medida em que Lacan (1949/1998) explica o desejo habitando a linguagem, organizando, estruturando e modelando as relações sociais, a identificação com o discurso pornográfico tem um efeito terrível sobre a identidade sexual das mulheres, privando-as de liberdade na alienação do próprio desejo sexual. Para Dines (2010), o sexo pornô não exhibe relações sexuais com os sentimentos e as percepções associadas ao “fazer amor”. Os significantes conexão, empatia, carícia e afeto são substituídos na pornografia *mainstream* por ódio, medo, nojo, angústia e aversão. As estruturas de dominação representadas pela indústria pornográfica alimentam estereótipos a serem seguidos por homens e mulheres.

Usada pelos jovens como fonte de educação sexual, a pornografia limita e estereotipa também os modos como a sexualidade deve ser exercida. Para Ribeiro (2017), a padronização das condutas sexuais e desconsideração pelo prazer feminino configuram violência sexual e

também psicológica. A partir de Bourdieu (2002) podemos entender a pornografia não como a representação de um ato que tem por fim a posse sexual, mas sim como um meio no qual o prazer masculino é associado à virilidade, à potência e à eficiência em submeter mulheres às suas vontades. A pornografia *mainstream* é o simples discurso afirmativo da dominação masculina em seu estado mais puro.

Corpos e subjetividades

Enquanto Bourdieu (2002) considera surpreendente que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, privilégios e injustiças, se perpetue de modo tão fácil e natural, Freud (1921/1996) entende a inserção do indivíduo em um grupo como condição passível de desaparecimento da consciência ou do senso de responsabilidade.

As investigações mais cuidadosas parecem demonstrar que um indivíduo imerso por certo lapso de tempo num grupo em ação, cedo se descobre — seja em consequência da influência magnética emanada do grupo, seja devido a alguma outra causa por nós ignorada — num estado especial, que se assemelha muito ao estado de ‘fascinação’ em que o indivíduo hipnotizado se encontra nas mãos do hipnotizador (FREUD, 1921/1996, p. 42).

Tomando como referência Guattari e Rolnik (1996), cujas concepções partem da ideia de uma economia coletiva, de agenciamentos múltiplos de desejo e subjetividade que, em algumas circunstâncias ou contextos sociais, podem se individualizar, tendo o efeito hipnótico descrito por Freud (1921/1996), olhamos para a pornografia como um elemento do campo social que atravessa relações e indivíduos – a entendemos como linguagem e buscamos situar a sua problemática no nível da produção de subjetividades individuais.

A idade média em que crianças entram em contato com a pornografia pela primeira vez é aos onze anos; no entanto, crianças com menos de dez anos já contabilizam 22% das estatísticas disponibilizadas pela ONG *Enough is Enough* ([s.d.]) de consumo de pornografia antes da maioridade. Assumindo como Freud (1923/1996) que o caráter do ego é um precipitado de catexias objetivas abandonadas e como Fink (1998) que o corpo está à mercê da linguagem, à mercê da ordem simbólica, como a exposição infantil à pornografia afeta a fantasia e a catexia libidinal dessas crianças? Dines (2010) afirma que quanto mais jovens os meninos desenvolvem suas preferências sexuais a partir da pornografia, mais a pornografia define seus desejos e comportamentos. É a produção desse tipo de subjetividade que propicia toda sorte de

manipulação, garantindo a manutenção da ordem social questionada por Bourdieu (2002) a partir de hierarquias inconscientes.

A pornografia enquanto imagem de referência é capaz de reforçar os papéis, corpos e comportamentos tidos como hegemônicos – as diferenças, quando exibidas, assumem a forma de fetiche. Sua linguagem produz culpa e desqualificação, promovendo os interesses patriarcais.

[...] a disponibilização da pornografia às mulheres consiste em um dos mecanismos centrais de subordinação sexual, pois significa a sistematização da definição das mulheres como uma classe sexual, estando o abuso não mais localizado em uma seara privada e secreta, mas disponível para escrutínio e análise de suas vítimas como um sistema público e aberto (RIBEIRO, 2017, p. 152).

A indústria pornográfica se aproveita da bandeira da libertação sexual para valorizar a autonomia das mulheres que exibem como objetos sexuais, justificando o uso de seus corpos para o prazer masculino. Além disso, Ribeiro (2017) atenta que não apenas a pornografia gera consequências bruscas na vida das mulheres, como também influencia na construção de masculinidades, transmitindo a exigência de virilidade, força, pênis de tamanhos exorbitantes e ereções de longa duração. Para Guattari e Rolnik (1996), assim como para Bourdieu (2002), o que fortalece esse tipo de subjetividade é que ela se produz tanto ao nível dos opressores quanto dos oprimidos.

Não à toa escreve Simone de Beauvoir: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9). O que Lacan (1961-1962/2003) demonstra como identificação significante é que a identidade de um sujeito não se forma de modo independente aos significantes adquiridos. Para *ser* alguém, é preciso *ser algo* – é preciso atribuir valor e esse *algo* é o significante que irá dar continuidade à cadeia, construindo a narrativa identitária. Como observado por Starnino (2016), existe uma relação de reciprocidade entre a identidade de um sujeito e suas identificações significantes – são essas identificações que espelham a identidade de um indivíduo.

É através do suporte significante que a identidade de um sujeito aparece. Quer dizer, o estatuto da identidade do sujeito está circunscrito às suas identificações significantes. Uma identificação significante é exatamente o fenômeno no qual um sujeito adquire, sustenta, e assume para si um traço que a princípio era do Outro: ampliando assim o que lhe é próprio. [...] Evidentemente que esses traços, esses significantes adquiridos, passam a ter sentido ao serem articulados, e tornam-se o horizonte no qual o sujeito se faz e organiza sua identidade. Isto é a identificação significante propriamente dita. Em outras palavras, as identificações significantes

espelham a identidade de um sujeito através de sua narrativa. (STARNINO, 2016, p. 236-237).

No caso da indústria pornográfica, estabelece-se uma espécie de relação de complementaridade e dependência entre as diferentes categorias envolvidas – produtores e consumidores, dominantes e subjugados. Bourdieu (2002) situa a força da ordem masculina na sua imposição como neutra, isenta da necessidade de justificar-se. A visão androcêntrica dispensa discursos que visem legitimá-la. Por meio de imagens repletas de sexismo, a pornografia, como linguagem, atribui significados aos papéis de gênero e às relações sexuais. Toma o significante *mulher* e esvazia de humanidade, significa que estas existem para serem olhadas, objetificadas, usadas e descartadas até o próximo vídeo, fotografia ou edição.

À medida que mulheres passaram a acessar e assistir materiais pornográficos, reconhecendo-se e submetendo-se às imagens e comportamentos designados pelo conteúdo transmitido, caracteriza-se um mecanismo de submissão de classe às visões masculinas da divisão dos papéis sociais de gêneros e da sexualidade (RIBEIRO, 2017, p. 153).

O cerne da problemática que envolve a pornografia está justamente na sua capacidade de atribuir significados, promover identificações e criar subjetividades – sintomas, que não deixam de ser novos significantes. Lacan (1961-1962/2003) deixa claro que a identidade se constitui a partir do desejo do Outro. Ao pensar a alienação do sujeito à linguagem pornográfica é possível correlacionar de forma direta a pornografia e a violência de gênero.

Violência e abjeção

Após a segregação de indivíduos e a distribuição de papéis a eles concernentes, inicia-se a culpabilização a partir da comparação com as imagens de referência. Vaz (2006) entende que para se culpabilizar, um indivíduo precisa olhar para si mesmo, para seus atos e pensamentos, com o olhar do outro, da cultura, do que a normatividade espera – dividido entre os seus desejos e o que deve ser; ou o que Freud (1914/1996) entenderia como o conflito entre as pulsões libidinais e o ego ideal. Ao entrar em conflito com as ideias éticas e culturais do indivíduo, as pulsões devem ser reprimidas, submetidas às exigências da cultura.

Quando meninos de 11 ou 12 anos entram em contato com a pornografia *hardcore* pela primeira vez, eles acabam excitados e traumatizados. Para Dines (2010), são vítimas da indústria, pois acabam entrando em contato com algo que não é o que eles procuram. De todo

modo, essa é a idade em que eles desenvolvem as suas preferências sexuais; e a psicanálise revela que quando o objeto original de um impulso desejoso se perde em consequência da repressão, ele se representa por uma sucessão de inúmeros objetos substitutos, nenhum dos quais sendo suficiente em proporcionar a satisfação completa.

O desejo interdito pela norma conforma-se como tensão, mal-estar e sofrimento, processo pelo qual, frequentemente, a força ativa e desejante se volta contra si mesma. Em muitos casos, o investimento desejante não pode ser contido nesses moldes, o que pode ocasionar rupturas. Porém se o indivíduo não se adapta às normas, ingressa em um regime de dívida com o código, estando em débito. Ele próprio se força a autoacomodação na norma e, caso não tenha êxito, instaura para si uma culpabilidade por não seguir os imperativos disciplinares. (HUR, 2018, p. 85).

A presença de desejos não aceitáveis pela cultura (que a teoria freudiana trabalha principalmente como a relação incestuosa) é censurada por uma faceta do superego que visa aproximar o indivíduo da sua idealização narcísica primária, substituta do narcisismo perdido da infância em que o sujeito era o seu próprio ideal. Como o recalque atua sobre os significantes do desejo, mas as imposições da cultura são mutáveis, dependentes de contexto social histórico, Dines (2010) descreve, a partir de uma chamada do site *Gag me and then fuck me* (algo como “me engasgue e depois me foda”), como o processo de culpabilização é, então, manipulado pelos pornógrafos:

Você quer saber o que a gente faz com coisas como romance e preliminares? A gente diz foda-se! Esse não é mais um site com meias-bombas tentando impressionar piranhas metidas. A gente pega essas putas maravilhosas e faz o que todo homem realmente gostaria de fazer. Nós fazemos com que elas engasguem até borrar a maquiagem e deixamos todos os seus buracos ardendo – vaginal, anal, dupla penetração, qualquer ato brutal envolvendo um pau e um orifício. Depois damos um banho grudento nelas! (DINES, 2010, p. 19).

Na verdade, esse tipo de chamada visa manipular o contexto do que é ou não aceitável culturalmente. Ao descrever esse tipo de violência como “o que todo homem realmente gostaria de fazer” desloca-se a culpa pela violência assistida nesse tipo de mídia para a culpa de não identificar-se com o significante homem. Para Guattari e Rolnik (1996, p. 41), a culpabilização ocorre a partir da não identificação com as imagens de referência, como se as subjetividades dominantes questionassem “quem é você?”, “você que ousa ter uma opinião, você fala em nome de que?”, “o que você vale na escala de valores reconhecidos enquanto tais na sociedade?”, “a que corresponde a sua fala?”, “que etiqueta poderia classificar você?”. Como colocado por Dines (2010), o que um menino de 12 anos, vagando pela cultura e se perguntando o que

significa ser homem, vai fazer ao assistir isso? Fugir assustado por não ser “um homem de verdade”?

A cultura constantemente demanda que posicionamentos sejam tomados com o máximo de consistência. Conforme Guattari e Rolnik (1996, p. 41), a menor hesitação diante dessa exigência leva diretamente a uma espécie de buraco que faz com que o indivíduo comece a se indagar “afinal de contas, quem sou eu? Será que sou uma merda?”. É como se o próprio direito de existência não existisse fora da normatividade; logo o melhor a se fazer seria não questionar e internalizar os valores sociais impostos pela cultura.

Cada indivíduo experimenta uma inquietação com a normalidade do que faz e pensa, ao mesmo tempo que se esforça por pertencer aos normais, por adequar-se à regularidade. Genericamente, o exercício do poder na modernidade supõe a separação dos homens entre si, sua distribuição entre normais e anormais, fato que produz no interior de cada indivíduo uma cisão e um esforço de se conformar aos valores sociais, tensão culpabilizadora que provoca a homogeneização dos comportamentos. (VAZ, 2006, p. 49).

Ao identificar-se com um grupo, Freud (1921/1996) entende que a personalidade consciente do indivíduo desaparece, se modifica por meio da sugestão e do contágio de sentimentos e ideias numa mesma direção – havendo tendência a transformar os ideais coletivos em atos; como se o sujeito não fosse mais ele mesmo, mas um autômato sem vontade própria.

Por conseguinte, estatisticamente a correlação entre comportamento sexual agressivo e consumo de pornografia ainda vem sendo debatida. Em uma análise de 22 estudos realizados em sete diferentes países – incluindo o Brasil – Wright, Tokunaga e Kraus (2016) concluem que apesar de nem todo consumidor de pornografia ser abusivo, em média, indivíduos que assistem pornografia com mais frequência são mais propensos a se envolverem em violência sexual.

Considerando uma análise de 304 cenas de pornografia, um estudo realizado por Lylla D’Abreu e Barbara Krahe (2014) encontrou agressão física em 88% e agressão verbal em 49% das exibições – em 94% dos casos contra mulheres. Nesse mesmo estudo, realizado no Brasil, foram entrevistados 286 homens estudantes universitários da Universidade de São Paulo (USP) e revelou-se que absolutamente todos eles já haviam tido contato com materiais pornográficos. D’Abreu e Krahe (2014) previram também que quanto maior fosse a frequência do consumo de pornografia, mais pronunciado seriam os riscos de agressão sexual; quanto mais determinados

comportamentos violentos fossem aceitos como normativos, mais provavelmente seriam reproduzidos em interações sexuais.

Entendendo a pornografia como mais que um resultado, como uma instituição geradora de abjeção e violência num sistema calcado em relações de poder que se retroalimentam, essa pesquisa propõe um convite à reflexão sobre as práticas com que coadunam os consumidores de pornografia que Wright, Tokunaga e Kraus (2016) não consideram particularmente abusivos. Enquanto o Relatório Anual de 2018 do *Pornhub* revela que *teen* (adolescentes) é a sétima categoria mais pesquisada no site e a décima segunda mais assistida no mundo, Ribeiro (2017) expõe que em 2012, cerca de 20% de toda a pornografia contida na internet continha abuso sexual de menores.

Considerações finais

A discussão sobre o que fazer frente a esses dados ainda cai inevitavelmente em âmbito jurídico – há os que, como Ribeiro (2017, p. 208), entendem a pornografia como “prática discursiva constitutiva misógina, que pode ser caracterizada como uma forma de discurso de ódio contra as mulheres [...] permitindo que atos de violência sejam realizados e normalizados”, mas também os que acreditam que qualquer intervenção acerca da produção pornográfica reflete uma intervenção negativa do Estado na autonomia individual de seus cidadãos.

Enquanto seus defensores atrelam a pornografia à liberdade de expressão – descrita por Ribeiro (2017) como a liberdade dos pornógrafos e seus consumidores de expressarem de forma não censurada as suas visões de mundo sobre sexo, nos cabe olhar para a relação intrínseca da pornografia com a produção de subjetividades e realidade social. Uma vez que o chamado discurso de ódio² exerce um efeito silenciador sobre a expressão de suas vítimas e efeitos psíquicos como angústia, medo ou vergonha, a pornografia poderia ser considerada uma violação dos direitos humanos das vítimas destas manifestações. O discurso pornográfico produz efeitos de subjetivação até mesmo em indivíduos que não seriam considerados particularmente sexistas e que não se reconhecem como misóginos, criando um território com função de ancoragem para o desenvolvimento de processos psicossociais violentos. Ao criar um ambiente que reforça a violência de gênero (física e simbólica), a pornografia padroniza

² Modalidade de que tem por objetivo exteriorizar ou incitar a raiva, o ódio e a intolerância, impulsionando ou encorajando violência, humilhação ou de certo modo a opressão de determinado indivíduo ou grupo social.

comportamentos machistas nas estruturas sociais contemporâneas, conjugando produção e repressão – desejo e identidades.

Observamos que como possível linguagem estruturante da sexualidade, a pornografia conta com significantes inscritos no tecido social e nos corpos dos indivíduos que servem para retroalimentar a dominação masculina. A cristalização dos papéis de gênero se dá a partir de imagens que negam a violência e são tidas como pressupostos, atuando na codificação das condutas, modos de agir, pensar e perceber o mundo. Naturaliza-se que tais papéis devem ser internalizados, seguidos e obedecidos socialmente – o que funciona para manter a perpetuação de estruturas opressoras.

Pensar a saída do círculo vicioso das significações dominantes na pornografia por meio de representações mais inclusivas e diversas, como propõe o pós-pornô, acaba por produzir novas imagens de referências. Apesar de buscar subverter os padrões instituídos na pornografia hegemônica, a pós-pornografia de alguma forma permanece em um diagrama de forças com características de fixação e conservação do lucro (não escapando da captura capitalista) a partir dos corpos, da objetificação dos sujeitos representados. O desafio está na derrubada da lógica de fixação do desejo, das imagens de referência – padrões a serem seguidos, alimentados pela indústria pornô.

Não pretendendo fornecer uma resposta definitiva; acreditamos na importância da pesquisa e do debate, uma vez que talvez a mudança seja viável pela constituição de relações de forças a margem da subjetivação pornográfica e suas formas de poder e dominação. Criticar a pornografia não é rejeitar a sexualidade, mas sim recusar compactuar com tal violência de gênero e dominação masculina. Minar as forças patriarcais e buscar uma realidade social menos desigual e opressora para as mulheres passa pela conscientização dos efeitos da pornografia no desenvolvimento da sexualidade humana

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo II: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

D'ABREU, Lylla Cysne Frota; KRAHÉ, Barbara. Predicting Sexual Aggression in Male College Students in Brazil. **Psychology of Men and Masculinity**, v. 15, n. 2, p. 152-162, 2014.

DINES, Gail. **Pornland: how porn has hijacked our sexuality**. Boston: Beacon Press, 2010.

- DWORKIN, Andrea. **Pornography**: men possessing women. Nova York: Penguin Group, 1989.
- ENOUGH IS ENOUGH. Statistics: youth and porn. **Enough is Enough**, [s.d]. Disponível em: <http://enough.org/stats-youth-and-porn>. Acesso em: 29 jun. 2019.
- FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998.
- FREUD, Sigmund. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, Sigmund. (1921). Psicologia de grupo e análise do eu. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (V. XVIII).
- FREUD, Sigmund. (1923). O Ego e o Id. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (V. XIX).
- FREUD, Sigmund. (1930). O Mal-Estar na Civilização. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (V. XXI).
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografia do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HUR, Domenico Hung. **Psicologia, política e esquizoanálise**. Campinas: Alínea, 2018.
- LACAN, Jacques. (1949). O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. (1959-1960) **O Seminário – livro sete**: A ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.
- LACAN, Jacques. (1961-1962) **O Seminário – livro nove**: A identificação. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.
- MACKINNON, Catherine. **Only Words**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1996.
- PORNHUB. 2018 year in review. **Pornhub**, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/2018-year-in-review/>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- PORNHUB. 2019 year in review. **Pornhub**, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/2019-year-in-review/>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- RIBEIRO, Raisa. **Discurso de ódio, violência de gênero e pornografia**: entre a liberdade de expressão e a igualdade. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.
- STARNINO, Alexandre. Sobre identidade e identificação em psicanálise: um estudo a partir do Seminário IX de Jacques Lacan. **Revista dois pontos**., Curitiba, v. 13, n. 3, p. 231-249, dez. 2016.
- VAZ, Paulo. Consumo e risco: mídia e experiência do corpo na atualidade. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 37-62, mar. 2006.
- WRIGHT, Paul J. TOKUNAGA, Robert S. KRAUS, Ashley. A Meta-Analysis of Pornography Consumption and Actual Acts of Sexual Aggression in General Population Studies. **Journal of Communication**, Oxford, n. 66, p. 183-205, 2016.

Recebido em: 02/09/2020.

Aceito em: 03/09/2021.